

Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a "florestania" e outras histórias

Carlos Estevão Ferreira Castelo

Universidade Federal do Acre (UFAC) – Rio Branco, Acre, Brasil.
e-mail: xapuriense@ufac.br

Resumo

Nesse texto, através do diálogo com as pesquisas de Paula (2003), Maia (2009), Porfírio da Silva (2009), Homma (2005) e outros, dedicadas a refletir a produção do espaço acreano de maneira crítica, busca-se apresentar uma narrativa da recente história econômica do Estado do Acre, com destaque para as políticas públicas implementadas a partir de 1999 que, segundo seus formuladores, visava à indução de um "novo modelo de desenvolvimento". A proposta, de forma virtuosa, faria a união entre as agendas ambiental, social e econômica. A saída para o Acre se desenvolver estaria, segundo o que se anunciou, no "aproveitamento da única vantagem comparativa" que o Estado possuía: a floresta. Destaca-se no texto como o Governo adaptou e reproduziu, na política pública local, o discurso formatado no exterior do "desenvolvimento sustentável".

Palavras-chaves: Desenvolvimento; sustentabilidade; governo da floresta.

A look at acreano development: "florestania" and other stories

Abstract

In this text, through dialogue with regional researchers such as Paula (2003), Maia (2009), Porfírio da Silva (2009), Homma (2005) and others, dedicated to reflect the production of the acreano space in a critical way, we present a narrative of the recent economic history of the State of Acre, with emphasis on public policies implemented as of 1999, which, according to its formulators, aimed at the induction of a "new model of development." The proposal, in a virtuous way, would make the union between the environmental, social and economic agendas. , according to what was announced, in the "exploitation of the only comparative advantage" that the State possessed: the forest. It is highlighted in the text how the Government adapted and reproduced, in local public policy, the discourse formatted abroad of "sustainable development".

Keywords: Development; sustainability; forest governance.

Una mirada al desarrollo acreano: "florestania" y otras historias

Resumen

En este texto, a través del diálogo con investigadores locales como Paula (2003), Maia (2009), Porfírio da Silva (2009), Homma (2005) entre otros, dedicados a reflejar la producción del espacio acreano de manera crítica, se busca presentar una narrativa de la reciente historia económica del Estado de Acre, con destaque para las políticas públicas que se implementó a partir de 1999 que, según sus formuladores, pretendía la inducción de un "nuevo modelo de desarrollo". La propuesta, de forma virtuosa, haría la unión entre las agendas ambiental, social y económica. La salida para el Acre se desarrollaría estaría, según lo que se anunció, en el "aprovechamiento de la única ventaja comparativa" que el

Estado poseía: el bosque. Se destaca en el texto cómo el Gobierno adaptó y reprodujo, en la política pública local, el discurso formateado en el exterior del "desarrollo sostenible".

Palabras clave: Desarrollo; sostenibilidad; gobierno del bosque.

Introdução

No ano de 1999 um grupo de jovens supostamente vistos como apoiadores do legado de Chico Mendes conseguem ascender ao poder estadual no Acre, renovando as esperanças dos povos que viviam nas florestas e nas cidades. Esperanças de uma vida melhor e de sair da crise. Jorge Viana, na época um político do Partido dos Trabalhadores - PT, foi o Governador eleito. Com esse evento, funda-se um período denominado pelo próprio grupo de "Governo da Floresta" ou "Florestania".

Vale notar que essa mudança no quadro político acreano aconteceu graças a uma ampla coalizão de doze partidos, das mais variadas orientações ideológicas, incluindo o PSDB, à época arquirrival do PT em âmbito nacional. Jorge Viana se elegeu em uma coligação compostas por PT, PSDB, PC do B, PDT, PSB, PPS, PV, PMN, PTB, PL, PSL e PT do B. Este conjunto de Partidos haviam se unido numa frente denominada "Frente Popular do Acre - FPA".

Após a posse de Viana passou-se a observar várias iniciativas governamentais consideradas pelos próprios gestores como "modernizadoras". Segundo o discurso da época, essas iniciativas relacionavam-se com a indução de um novo modelo que representaria a saída para o Acre se desenvolver. Nesse processo, uma característica chamava bastante atenção: o desenvolvimento passou a aparecer adjetivado: "desenvolvimento sustentável". O Acre havia escolhido a "exploração inteligente" da floresta como vocação econômica. Para Homma (2012), a repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes tinha se constituído em um divisor de águas em relação a proposta de desenvolvimento que era implementado na Amazônia até então.

Sendo assim, neste texto realizou-se uma reflexão crítica acerca da história econômica recente do Estado do Acre (1999-2018). Reflexão construída a partir do diálogo com bibliografia produzida por pesquisas e pesquisadores dedicados a refletir de forma crítica a produção do espaço acreano. A partir de recorte analítico em escala regional procurou-se colocar em relevo as principais estratégias de políticas públicas implementadas pelos governantes do período estudado que, direta ou indiretamente, relacionaram-se com os processos de desenvolvimento e crescimento econômico e social do Estado.

Vale destacar que a narrativa aqui apresentada também foi construída com base em informações extraídas da tese de doutoramento do autor, que adotou como método de

análise a História Oral, além da análise de planos e programas de governo durante o período correspondente ao recorte temporal da pesquisa.

Uma breve (e recente) história econômica do Acre

Com o discurso de mudar o cenário de crise e tirar o Estado do Acre do atraso, ao assumir o governo em 1999, Jorge Viana começou sua gestão com duas vertentes estratégicas básicas. Em uma delas buscava reforçar o discurso de revalorização de uma suposta "identidade seringueira" e, ao mesmo tempo, elevar a autoestima da população que, naqueles anos, andava em baixa devido ao assassinato de um Governador¹, diversas denúncias de corrupção, e existência de um suposto esquadrão da morte. Para tanto, o Governo passou a fazer sistematicamente uso de referências culturais locais, sobretudo às associadas ao que denominaram de "povos da floresta", representados nas populações indígenas, seringueiras e ribeirinhas em geral.

No campo da política econômica, a ideia central era o aproveitamento racional e inteligente da floresta - no sentido de mantê-la em pé. Direcionamento que pode explicar o fato do Governo ter empreendido, já nos primeiros anos, iniciativas que visavam contornar a crise do extrativismo tradicional através da implantação de melhorias técnicas no sistema de extração do látex de seringueiras e da coleta de castanha. Melhorias que Rego (1997) denominou de "neoextrativismo". Sobre esse novo extrativismo Rego (1999, p. 62) destacou:

O extrativismo é apontado às vezes como opção inviável para o desenvolvimento da Amazônia. Tal conclusão apoia-se em uma visão dessa atividade como simples coleta de recursos, o que excluiria técnicas como cultivo, criação e beneficiamento. No caso da região amazônica, essa visão é estreita, pois não leva em conta a cultura das populações locais, que favorece a harmonia com a natureza. Assim, é preciso ampliar essa concepção, admitindo alguma tecnologia e usos dos recursos naturais incluídos no modo de vida e na cultura extrativistas. Surge, com isso, uma alternativa econômica - o neoextrativismo - viável e adequada ao universo amazônico.

Em outros termos: a crise, notadamente na floresta, seria minimizada pela modernização das atividades extrativas tradicionais com melhoramentos técnicos por dentro. Isso poderia, de forma virtuosa, colaborar na união das agendas ambiental, social e econômica.

Observa-se que o neoextrativismo estava perfeitamente alinhado com a saída definida para o Acre progredir, ou seja, o aproveitamento da principal "vantagem

¹ Em maio de 1992, o então governador, Edmundo Pinto de Almeida Neto, foi morto no hotel Della Volpe, em São Paulo, horas antes de depor na Comissão Parlamentar de Inquérito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que apurava o desvio de verbas destinadas à construção de uma obra de infraestrutura.

comparativa" que o Estado possuía: a floresta. Para tentar dar conta dessas vertentes o discurso governamental criou um neologismo: "florestania".

Entretanto, para executar o plano que levaria o Acre ao "desenvolvimento sustentável" havia um problema: o Estado encontrava-se sem recursos. Dessa maneira, a saída para financiar os planos, programas e projetos foi recorrer a financiamentos, em sua maioria externos. A ideia era aparentemente simples: com o dinheiro dos financiamentos contraídos em instituições multilaterais de crédito preparar-se-ia o Estado para receber investimentos privados através da resolução de gargalos de infraestrutura e logística existentes. Além disso, criar-se-ia estruturas e legislação de apoio visando alavancar todas as ideias de negócios que possuíssem alguma relação com a saída de desenvolvimento definida. Isso, no médio e longo prazos, provocaria investimentos privados e a consequência seria a geração de empregos, rendas, e, principalmente, impostos, que serviriam para o pagamento dos credores no momento devido.

A maioria da população, inclusive os acadêmicos locais, aceitou sem quase nenhuma crítica a proposta apontada pela "florestania". Entre os seringueiros, principalmente entre as antigas lideranças do que ficou conhecido no Acre como "movimento de resistência contra a expropriação"², foram poucos os que ousaram discordar e/ou criticar. Entre as vozes rebeldes destacaram-se as de Osmarino Amâncio Rodrigues, desde o início, e Dercy Teles, um pouco mais tarde (CASTELO, 2014).

Nos primeiros anos a popularidade de Jorge Viana e do "Governo da Floresta" era crescente, e se desenrolava com poucos questionamentos sobre os rumos do propalado "desenvolvimento sustentável" estadual. Desenvolvimento que era alardeado em todo o Brasil e mundo através do neologismo "florestania". Destaca-se que a popularidade do Governador se devia, também, ao estabelecimento de um programa de obras públicas implementado nas principais cidades do Acre que, naquele momento, de fato, melhoraram as condições de vida de parte da população urbana. Mais especificamente dos moradores da capital Rio Branco. Obras realizadas com parte dos financiamentos contraídos no exterior, cujos projetos, em suas justificativas, repetiam como uma espécie de mantra as palavras: Chico Mendes, Xapuri (cidade natal de Chico Mendes) e seringueiros.

Esse programa de obras, que se consistia em recuperação de estradas, aeroportos, escolas, delegacias e centros esportivos, etc., gerou empregos e renda para parte da população, principalmente para os empresários da Construção Civil. E, como consequência, trouxe benefícios para o comércio e indústria local³. Ao construir boa relação com os

² Movimento criado por seringueiros do Acre na década de 1970 contra expropriação de seus territórios provocados pela expansão da fronteira agrícola para a Amazônia que tinha como principal estratégia o "empate" da derrubada da mata.

³ Dados publicados no "Boletim Indicadores Industrias do Acre", produzidos pela Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC comprovam a afirmativa.

empresários, o governador viu aumentar rapidamente a receita com arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS. Além disso, na tentativa de preparar o estado para crescer, o Governo criou uma Lei de incentivos para a indústria (Leis 1.358, 1.359 e 1.361), implementou um programa de promoção de negócios ligados à floresta (batizados de PPN), entre outras iniciativas. Ou seja, até então tudo caminhava bem.

Jorge Viana foi reeleito e a “Frente Popular do Acre” conseguiu eleger a maioria dos Prefeitos do Estado, inclusive em cidades onde o Partido dos Trabalhadores nunca havia conseguido eleger um vereador. Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AC, no ano de 2004 foram eleitos 12 prefeitos em virtude da boa imagem construída pelo Governo do Estado.

Os investimentos públicos efetuados com os financiamentos contraídos só cresciam, e não somente eram realizados nas cidades. Nem poderiam, principalmente para um governo que se dizia “da floresta”. A zona rural foi muito contemplada. No interior da mata várias iniciativas governamentais começaram a impactar a vida dos moradores. Uma importante foi a criação da “Lei Chico Mendes⁴”, que se destinava a revitalização da extração de látex para produção de borracha, um dos pilares da “identidade tradicional” do seringueiro. A medida previa um pagamento adicional, por parte do Governo, por quilo de borracha. Pagamento para os seringueiros que tivessem documentos de identificação pessoal, e que comprovassem que eram membros de associações de produtores legalmente constituídas.

Além dessa Lei, o “Governo da Florestania” criou organizações para se concentrarem no apoio da produção florestal e no marketing das empresas cujos produtos possuíssem alguma relação com a utilização de recursos madeireiros e não madeireiros. Política que, conforme já referido, defendia fortemente a exploração “racional da floresta” como uma espécie de saída única para o Estado se desenvolver, é claro, de forma “sustentável”. Como exemplo dessas organizações citamos aqui a criação da Secretaria de Estado de Florestas e Extrativismo (SEFE); uma rede de cooperativas regionais ligadas a uma organização de nível estadual denominada Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE); uma Agência de Negócios do Acre (ANAC), entre outras.

Além disso, se verificou fortes investimentos e incentivos no manejo “sustentável” de madeira. Nos primeiros anos da “florestania”, sem dúvidas, essa foi a atividade mais incentivada. Inclusive, em função do manejo madeireiro, criou-se na cidade de Xapuri um “Pólo Moveleiro” que, segundo o discurso oficial, objetivava processar madeira manejada proveniente de “áreas protegidas” (Reservas Extrativistas e Projetos Agroextrativistas). O

⁴ Lei Chico Medes nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, estabelece condições para o programa de concessão da subvenção à comercialização da borracha natural.

governo também implantou nesse mesmo município uma fábrica de pisos de madeira de alta tecnologia e intensificou os incentivos para criação do que chamou de “pólo de indústrias florestais”. Atualmente todas essas unidades de produção encontram-se fechadas e/ou enfrentado sérios problemas para continuarem funcionando.

Em 07 de abril de 2008 o “Governo da Floresta”, já comandado pelo Governador Binho Marques, inaugurava em Xapuri uma fábrica de preservativos masculinos denominada NATEX. Empreendimento que, por certo tempo, provocou impactos significativos na vida dos seringueiros da região, principalmente quando iniciou a compra do látex diretamente dos residentes na área de influência da fábrica. Observa-se que esta indústria foi implantada visando produzir preservativos masculinos, para venda exclusiva ao Ministério da Saúde do Governo Federal.

Com a NATEX alterou-se de forma importante o cotidiano dos seringueiros. Alterou porque eles não precisaram mais realizar o processo de defumação do látex para produzir as pélas de borracha, evento que modificou substancialmente o tempo de trabalho e, principalmente, as condições de saúde, entre outras questões. Também propiciou maiores ganhos financeiros para alguns. Na safra de 2011, em Xapuri, o preço do quilo de látex chegou a ser vendido por R\$ 7,80 em comparação aos R\$ 2,00 que era vendido antes da instalação da Fábrica (CASTELO, 2014).

Para o látex chegar com qualidade na porta da NATEX, requisito essencial para o processo produtivo funcionar com qualidade, era necessário viabilizar ramais. Junto com os ramais a energia elétrica também chegou à floresta, neste caso, através do programa “Luz para Todos”, do Governo Federal. Com a energia, como era previsível, apareceu a televisão. Novas escolas e programas de saúde também foram implantados. Como se pode notar, mudanças significativas no viver das populações da região estavam em plena ebulição.

No processo de revalorização da identidade seringueira investiu-se intensamente na celebração de uma história única enraizada na floresta que, segundo seus idealizadores, tinha como meta melhorar a autoestima dos habitantes das matas, anteriormente conceituados como invisíveis, pobres e atrasados. Nesse sentido, na capital do Estado, Rio Branco, o Governo realizou um conjunto de obras de revitalização do centro histórico da cidade (palácio do Governo, museus, bibliotecas, parques e mercados). Investimentos que celebravam forte sentido da autonomia do Estado, bem como a história dos seringueiros e suas capacidades de mobilização política. Tudo simbolizado pelas imagens de Chico Mendes. Ações que conduz à reflexão sobre a questão dos usos políticos da memória, percebido através dos “lugares da memória” - pensando aqui no que Nora (1993) fala sobre a tentativa de fixar um estado de coisas - nas medalhas comemorativas, nos prêmios e praças em que se inscreve um passado idealizado em nosso presente.

O Governo construiu, por exemplo, um parque urbano denominado Chico Mendes, um estádio de futebol chamado “Arena da Floresta”, uma biblioteca pública denominada “Biblioteca da Floresta”, e reformaram o centro comercial histórico da cidade de Rio Branco datado do “boom da borracha”, que passou a ser denominado de “Novo Mercado Velho”. Além disso, o Governo criou o Prêmio “Chico Mendes de Florestania”, que passou a ser concedido a cada ano no aniversário da morte do líder seringueiro. No ano de 2009 o Governo lançou outro grande programa chamado “Floresta Digital”, com o objetivo de fornecer acesso gratuito à internet sem fio para as cidades de todo o Estado. Internet que, infelizmente, nunca funcionou corretamente.

Coincidência ou não, por todo esse tempo histórico observou-se um processo de heroificação de Chico Mendes no imaginário social acreano. Principalmente após a aprovação de um Projeto de Lei no Senado Federal (nº 326, de 1999) que, a exemplo de Plácido de Castro, escreveu o nome de Chico Mendes no panteão dos heróis nacionais. O nome de Chico, ou mais precisamente o herói Chico Mendes, passava a ser firmado na “memória coletiva” da sociedade (HALBAWCS, 1990), parecendo se sobressair como marca cultural de um “novo Acre”, de um “Acre moderno”.

Nesse ponto vale uma observação: a “Florestania” não atingiria os seus propósitos se não pudesse contar com uma divulgação eficaz. Pinheiro (2013) aponta que o Governo do Acre, atento a esse fator, tratou de investir nos meios de comunicação sediados no Estado, distribuindo verbas publicitárias para jornais, rádios e televisões, estabelecendo um contrato garantidor da disseminação da ideologia. Para isso contou com contribuições de destaque como Marina Silva e Leonardo Boff. Vejamos um recorte de uma entrevista concedida por Boff a TV estatal acreana, cujo discurso é visivelmente de aprovação de tudo que acontecia:

Em primeiro lugar, eu acho que é um conceito altamente interessante para um governo. Porque a aceitabilidade de um governo depende muito da metáfora que ele usa, metáfora que mobiliza as populações. (...) Eu considero o conceito altamente rico, pra entender dimensões novas da realidade. (...) A floresta na Amazônia, no Acre, é um grande ator, um grande ator social, está presente aí, junto com os povos da floresta, os ribeirinhos, os indígenas, os seringueiros. Então, um governo que capta essa singularidade, que monta uma política que atenda a isso, enraíza aqui e ganha um perfil que se mostra pra fora (PROGRAMA IDENTIDADE – O ACRE TEM MUITO MAIS, Arquivo Audiovisual, 2002/2003 *apud* Pinheiro, 2013)

Entretanto, durante o Governo que sucedeu Jorge Viana, passou-se a observar uma espécie de enfraquecimento do discurso da “florestania”. Para Castelo (2014) foi durante o Governo Binho Marques que começou-se a ter clareza que a saída de desenvolvimento definida poderia não ser suficiente. Apesar de todo o esforço realizado,

não se concretizava a atração de grandes investidores capitalistas que gerariam os empregos, a renda, e os impostos necessários para os pagamentos dos financiamentos realizados.

Em 2011 assume o Governo do Acre Tião Viana, irmão de Jorge Viana. Tião era Senador da República e se candidatou ao Governo em 2010. Venceu as eleições com 50,51% dos votos. Nas falas do novo Governador era comum escutar que o “Estado estava se modernizando”, e havia se “preparado para crescer”. A partir de então, a “indústria deveria ser o foco”.

Da mesma forma do verificado nos governos anteriores, de Jorge Viana e Binho Marques, empréstimos de instituições multilaterais de crédito como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD) continuaram viabilizando a maioria dos investimentos públicos realizados. Entretanto, com Tião Viana, a ideologia do “desenvolvimento sustentável”, traduzido no neologismo "florestania", parecia ganhar nova roupagem. Na verdade dava continuidade a contornos e dimensões que começaram a ser gestados no Governo Binho Marques. Ou seja, intensificaram-se discursos e práticas que defendiam a agregação de valor financeiro aos recursos e processos naturais ameaçados. O Acre entrava na era dos “serviços ambientais”⁵, sendo a fixação do carbono nas florestas o primeiro “serviço” a ser precificado (venda de crédito de carbono).

Uma necessária ampliação na escala de observação

As questões ambientais apareceram na cena brasileira no final da década de 60 do século passado, com destaque maior em meados dos anos de 1980. Mas no Estado do Acre ganharam maior força no início da década de 1990. Uma rápida pesquisa junto ao acervo digital de teses e dissertações da Universidade Federal do Acre - UFAC é possível verificar a afirmativa.

Mas, como já assinalado, foi com a chegada do “Governo da Floresta” ao poder no Acre que o discurso da sustentabilidade consolidou-se, transformando-se em política pública. Isso pode ser facilmente averiguado através do plano de governo apresentado à sociedade no primeiro mandato da “Frente Popular do Acre” e, mais explicitamente, através dos investimentos realizados. No documento citado, informa-se de maneira clara esta opção. Inclusive, o plano anunciava que o "desenvolvimento sustentável" seria capaz de conciliar crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais. Nas palavras de Porfirio da Silva (2009, p. 7)

⁵ Através da LEI N. 2.308, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010 criou-se o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecosistêmicos do Estado do Acre e deu outras providências.

O governo da Frente Popular no Acre, que assumiu em 1999, passaria a despertar fortes expectativas internas e externas no que diz respeito ao conjunto de inovações anunciadas na esteira do desenvolvimento sustentável. Dada as restrições de financiamento interno, o governo estadual procurou valer-se da "[...] onda ambientalista" para promover captação de recursos externos. Para se adequar às exigências de potenciais fontes como o BID e BIRD, foi colocado em marcha um conjunto de ações voltadas para o saneamento das finanças, "modernização administrativa", modificações na legislação estadual, particularmente no que diz respeito ao uso das florestas e, alavancagem das obras de infraestrutura.

Uma explicação do porquê "tudo havia virado floresta" no Acre a partir de 1999 estava posta. Tanto Maia (2009) quanto Porfirio da Silva (2009) destacam, taxativamente, que a adoção do "desenvolvimento sustentável" pelo "Governo da Florestania" mantinha relação direta com as exigências dos organismos internacionais de financiamento. Que defendiam não só a promoção da ideologia do "desenvolvimento sustentável", como também uma preocupação com a temática mais geral do ambiente. Ressalte-se que tudo isso ocorria dentro de um contexto político específico da economia global, "[...] caracterizado pelo crescimento do capital transnacional garantido por novas formas de produção introduzidas pela globalização do mercado" (DE ANTONI, 2010, p. 301).

Analisando o plano do Governador que assumiu a administração do Acre em 1999 percebe-se evidências do alinhamento do discurso oficial com o das grandes agências, bancos, e ONG's internacionais. Portanto, não foi à toa a forte priorização dada ao manejo de madeira no primeiro Governo Jorge Viana. É interessante notar que, para o Governo, as preocupações com o ambiente e com a conservação da floresta em pé, no sentido de uso da natureza não humana respeitando seus limites, se transformavam em ações concretas. Para autores como Paula (2003), na realidade intensificava-se no Acre a "mercantilização da natureza".

Dialogando com o discurso governamental do "desenvolvimento sustentável" disseminado no Acre, principalmente nos primeiros anos, evidencia-se que o mesmo afirmava que a única possibilidade de preservar os recursos biológicos das florestas seria usá-los comercialmente - uma espécie de "use-os ou perca-os". Em outros termos, os recursos da floresta deveriam ser incluídos em processo produtivos. Na visão de Schmidlehner (2012, p.30) "o Governo passava a oferecer o Acre para as grandes agências e bancos como laboratório e vitrine".

É importante salientar que desde o governo de Geraldo Mesquita (1975-1979), sucessor imediato de Wanderley Dantas, que a questão dos desmatamentos e dos problemas ao ambiente daí decorrentes mereciam importância. Isso é apontado por Palza Silva (2012), que destacou a existência dessas preocupações desde esse período.

Entretanto, para essa mesma autora, as preocupações e receios não conseguiam se transformarem em políticas de governo.

Na gestão do Governador Flaviano Melo (PMDB), iniciada em 1987, a problemática ambiental começou a aparecer no dia a dia dos acreanos de forma mais frequente, principalmente por conta da liberação de recursos para o asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC). Entretanto, deve-se marcar que isso ocorreu devido à atuação de Chico Mendes que, nesse período, junto com seus companheiros seringueiros, participava dos “empates” e denunciavam fortemente os desmatamentos provocados pela expansão da frente agropecuária na Amazônia. Nessa luta, as reservas extrativistas surgiam como uma alternativa diferente para o desenvolvimento da região. Para os seringueiros, a proposta das reservas extrativistas eram uma espécie de "reforma agrária".

Como pode-se perceber, o processo de implementação das bases para uma redefinição da exploração dos bens naturais no território acreano e, por conseguinte, de novas formas de disciplinar o território, intensificado a partir de 1999, teve origem anterior à “florestania”. Ou seja, desde a morte do líder seringueiro Chico Mendes, em 1988, ou mesmo antes. São ricas as evidências mostrando que, após a morte de Chico Mendes, uma intensificação da chamada “onda verde” passou a acontecer no Acre. Intensificação fortemente relacionada com a atuação das agências e organizações não governamentais - ONG’s que, inclusive, passaram a exercer fortes influências e também a pautar os movimentos sociais (referência, principalmente, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - STTR e ao Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS). Nesse processo, acredita-se merecer destaque a atuação do Banco Mundial.

Segundo Castelo (2014), foi exatamente este banco a organização que atuou de forma mais forte e decisiva como uma espécie de núcleo estruturante dessa nova forma de disciplinamento do território. Não só no Acre, deve-se assinalar, mas em toda a Amazônia Brasileira. Exatamente a mesma instituição que se tornaria, a partir de 1999, um dos principais financiadores do “Governo da Floresta”.

O Banco Mundial já havia efetivado intervenções importantes na Amazônia, através do Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste - POLONOROESTE e do Programa Grande Carajás - PGC (DE ANTONI, 2010), entretanto, havia se retirado temporariamente - referência à suspensão de alguns financiamentos motivados por críticas de ambientalistas. Mas, no início década de 1990, o banco volta novamente suas atenções para a região, e com eles todos seus parceiros ocidentais. Agora, com um discurso que (re)considerava a importância do ambiente e das população locais na implementação das políticas que recomendava. Nesse mesmo tempo histórico, vale destacar, a ideologia da globalização começava a dominar fortemente a cena internacional.

Em 1990 lança-se a iniciativa denominada Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG-7. Um programa concebido na cúpula do G-7, em Huston, cujos formuladores buscavam demonstrar certa determinação dos ditos "industrializados" na eliminação da destruição das florestas tropicais, respeitando a soberania nacional dos países "em desenvolvimento" que possuíssem grande biodiversidade. Esse suposto forte compromisso em favor das florestas, na visão de De Antoni (2010, p. 304), "[...] era inspirado e projetado dentro do quadro político-econômico dominante". Ou seja, a saída apresentada baseava-se na economia de mercado. Saída que constituir-se-ia, segundo o que se anunciava, na melhor solução para o problema da destruição do ambiente e, também, para sua conservação. Portanto, é um erro afirmar que a "florestania" foi concebida endogenamente (no Acre e por acreanos) e, ainda, que possuiu viés socialista.

Em realidade, defende-se aqui que a ideologia do "desenvolvimento sustentável" apenas tentava dar outra coloração para um conjunto de ações que na Amazônia e no Acre, desde o pós segunda guerra, marcaram profundamente o modo de vida constituído, imprimindo o que Quijano (2000) chama de colonialidade. Não se considerava, ou se considerava apenas no discurso, que a preservação e/ou conservação da biodiversidade poderiam também ser possível através de formas alternativas ao quadro político-econômico dominante, com uma verdadeira valorização dos conhecimentos camponeses, seringueiros e indígenas. Conhecimentos que, "[...] paradoxalmente, se encontram ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna" (SANTOS & MENESES, 2009, p. 49).

O PPG-7 iniciou sua operacionalização no Brasil em 1994. Teve uma primeira fase concluída em 1999, mas continuou atuando até 2009 (DE ANTONI, 2010). No bojo das diversas propostas apresentadas é possível encontrar iniciativas como a disponibilização de financiamentos dirigidos para a região Amazônica. Dessa maneira, exatamente para aproveitar essas ofertas foi que o "Governo da Floresta" construiu sua política harmonizada com os organismos internacionais, como bem afixam Porfírio da Silva (2009) e Maia (2009). Esses autores sustentam que o Governo Estadual apenas adotou a estratégia de assimilação do discurso.

Foi assim que o Banco Mundial, o BID e conseqüentemente o G-7 passaram a conduzir e a disciplinar, de forma mais intensa, as maneiras de exploração e uso do território acreano, através da influência e dos financiamentos das políticas públicas estaduais. Tudo regido pela batuta da economia de mercado.

Conforme salientou Teixeira da Silva (2011, p. 228), o Brasil configurava-se - e ainda configura-se - como "uma das maiores potências ambientais do planeta, concentrando um banco genético estratégico pela sua biodiversidade, notadamente pelas suas extensas florestas tropicais localizadas na Amazônia". Portanto, seria até ingenuidade acreditar que

iniciativas como a do PPG-7 tratou-se, apenas, de um gesto altruísta dos “desenvolvidos” em favor dos “em desenvolvimento”. Por isso mesmo, não parece absurdo dizer que nesse período novas possibilidades e interesses da economia mundial pela Amazônia Brasileira são apresentados. Interesses cujas origens são longínquas.

No Acre, concordando com Paula (2003), defende-se que intensificou-se na região a “mercantilização da natureza”. Não significando dizer com isso que, antes, a Amazônia não era ou havia sido mercantilizada. Até porque, desde os momentos iniciais de expansão do modo capitalista de produção se privatizava a terra e mercantilizam-se os bens naturais. Deve-se notar que o que Paula (2003) chama de “mercantilização” refere-se a um processo mais acelerado que leva ao limite a exploração para fins mercadológicos dos chamados bens naturais. Inclusive, os bens imateriais como o conhecimento via patentes.

É importante destacar também que são ricas as fontes escritas sinalizando que todo esse processo foi fortemente influenciado pela atuação de ONG’s e agências diversas como a *World Wildlife Fund* (WWF) e a Fundação Ford, entre outras. Organizações que, mesmo antes do “Governo da Floresta” assumir, já se faziam presentes na região do Acre. Um exemplo dessa presença anterior são os financiamentos realizados para a Cooperativa de Xapuri (CAEX) pela *Oxfam* e *Cultural Survival* (CASTELO, 1991).

Sobre a questão das ONG’s, Camely (2009) aponta que na Amazônia Ocidental muitas delas atuaram (e continuam atuando) como verdadeiros “agentes do imperialismo”. Em sua tese de doutoramento essa autora procurou mostrar que as ONG’s atuantes na região são muito bem articuladas com as organizações imperialistas. Organizações que, inclusive, determinam a estratégia de ações das mesmas nos países dominados. Para esta autora, “as ONG’s funcionam como agentes táticos da estratégia para apropriação de recursos da biodiversidade” (p. 275). Em sua análise, escreveu que:

[...] as articulações destas grandes ONGs com organizações imperialistas, por sua vez, determinam a estratégia que as ONGs devem colocar em prática. Ou seja, as ONGs principalmente em sua ação nos países dominados, são os agentes táticos da estratégia para a apropriação de recursos da biodiversidade; para isto atuam na delimitação de áreas de preservação e em projetos nas comunidades dos países em áreas de florestas tropicais. A vinculação das ONGs com uma das principais organizações do imperialismo, a USAID, é definida ainda em 1994, dois anos depois da Eco-92, onde também ocorreu o fórum das ONGs. A USAID traçou programas e políticas de preservação ambiental para todos os locais de floresta tropical e elegeu grandes ONGs, como a WWF, CI, TNC, AWF e a WCS como seus principais “agentes”. Suas atividades são encontradas no Brasil e em vários países da América Latina e Caribe, além de atuarem no Quênia, Tanzânia, Madagascar, Filipinas, Indonésia, Mongólia, Nepal, Vietnã, Moçambique e em outros. O Brasil recebe 33% de todos os recursos destinados para projetos de preservação da biodiversidade, cifra que corresponde ao dobro do segundo colocado, o México. Isto se deve ao fato de as imensas riquezas da Amazônia brasileira terem sido alvo do saque e pirataria do colonizador há séculos (CAMELY, 2009, p. 275).

Entretanto, é preciso destacar que nem todas as ONG's atuantes no território amazônico estão comprometidas com práticas imperialistas e colonialistas, na medida em que é possível encontrar organizações dedicando-se a manutenção de redes de cooperação em atividades que, verdadeiramente, estão relacionadas com atividades de preservação da biodiversidade e fortalecimento de direitos e cidadania.

Considerações Finais

Nesse texto pode-se verificar uma narrativa breve da recente história econômica do Estado do Acre (de 1999 a 2018), com destaque para algumas das estratégias utilizadas pelos Governos do período analisado na tentativa de provocar desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, relatou-se as iniciativas de reforçar o discurso de revalorização da "identidade seringueira" e elevar a autoestima da população, bem como fomentar a exploração da floresta de forma inteligente (preservando-a).

Procurou-se destacar a adaptação e reprodução, na política local, de um discurso formatado no exterior do "desenvolvimento sustentável", com forte influência ideológica no sentido de somente conseguir conceber a conservação da natureza através de critérios mercadológicos.

Na narrativa buscou-se, ainda, mostrar como as políticas públicas implementadas, financiadas por instituições multilaterais de crédito, aprofundaram a mercantilização dos bens naturais. Uma implicação disso foi a perda de representatividade das organizações dos seringueiros. Foi exatamente no período analisado que um conjunto de agentes passou a atuar na região substituindo os principais interessados. Vale dizer: quem passou a falar pelo Acre sobre as florestas, e sobre a vida nas florestas e cidades, foram os representantes de ONG's e alguns políticos. Pouco ou quase nada se ouvia da voz do líder indígena, do líder urbano e/ou do líder seringueiro.

Destacou-se ainda como nos primeiros anos das ações da "florestania" o Governo do Acre, seguindo orientação de seus financiadores, elegeu o manejo "sustentado" de madeira como atividade econômica a ser priorizada. Em seguida, a venda de crédito de carbono apareceu com protagonista. Em seguida, observou-se uma tentativa de industrialização do Estado tendo como maior investidor o próprio governo.

Os resultados de todo esse processo foram e continuam sendo bastante questionáveis.

Referências

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Frente Popular do Acre: Plano de Governo. A vida vai melhorar** (versão preliminar). Rio Branco, Frente Popular do Acre, 1998.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Acre certificado: o setor florestal contribuindo para tornar o Acre, o melhor lugar para se viver na Amazônia Brasileira**. Rio Branco, junho de 2009.

ACRE, Governo do Estado. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre**. Documento Síntese da Fase II. Rio Branco: Secretaria do Meio Ambiente do Acre-SEMA, 2010.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Desenvolver e servir – Plano Plurianual 2012-2015**. Rio Branco, 2011.

CAMELY, N. C. **A Geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira: um estudo sobre o Estado do Acre**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFF, 2009.

CASTELO, Carlos E. F. **Experiências de seringueiros de Xapuri no estado do acre e outras histórias**. Tese (Doutorado em História Social) São Paulo: USP, 2014.

_____. **O Extrativismo da Castanha do Brasil no Estado do Acre**. Monografia (Graduação em Economia). UFAC/Dep. de Economia, Rio Branco, 1991.

DE ANTONI, Giorgio. **O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a Globalização da Amazônia**. Ambiente e Sociedade. Campinas. v. XIII, n. 2. p. 299-313. jul-dez 2010.

FIEAC. **Indicadores Industriais do Acre**. Rio Branco, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In **La Colonialidad del saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales**. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander [org]. Caracas: Clacso, 2000

HALBAWCS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOMMA, A.K.O. Amazônia: como aproveitar os benefícios da destruição? **Estudos Avançados**, São Paulo, v.54, n.19, p.115-135, mai./ago., 2005.

HOMMA, Alfredo K. O, Ciencia e tecnologia para o desenvolvimento rural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**. Brasília-DF. v.17. n 34. p-107-130. 2012.

MAIA, J. S. da. **A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do Rio Acre na virada do século XX: o caso dos trabalhadores extrativistas**. Tese (Doutorado em História). UFRGS, Porto Alegre, 2009.

NORA, Pierre. **“Entre memória e história: a problemática dos lugares”**. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PAULA, Elder Andrade de. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003.

_____. **Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Rio de Janeiro: UFRR/CPDA, 1991.

_____. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. **Revista NERA – ano 7, N. 5 – ago./dez.2004**.

_____. "La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales en Latinoamérica y el Caribe: las revelaciones de la "economía verde" en Acre". In: **Economia Verde: el asalto final a los bienes comunes**. Alianza biodiversidade (Biodiversidad, sustento y culturas con el Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales y Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe), 2012.

PAULA, Elder Andrade de & SILVA, Silvio Simione da (orgs.). **Trajetória das lutas camponesas na Amazônia acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PALZA SILVA, Sheila Maria. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico: um estudo de caso do Acre (1999-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

PINHEIRO, Francisco de Moura. Programa Identidade: A Valorização dos Povos da Floresta na Tela da TV. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Manaus, AM – 4 a 7/9/2013.

PORFIRIO DA SILVA, J. (Coord.). **Arranjos Produtivos Locais no estado do Acre: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para política de apoio**. Projeto: Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Nota Técnica 02. Rio de Janeiro: BNDES: RedeSist, 2009.

REGO, J. F. **A viabilidade de um novo extrativismo**. UFAC/ASPF, 1997.

_____. **Amazônia: do extrativismo ao neo-extrativismo**. Ciência Hoje. v. 25, n. 147, p. 62-65, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, 2009.

SCHMIDLEHNER, Michael F. "Os desdobramentos do capitalismo de desastre no Acre - a adicionalidade do medo". In: **Contra Corrente: territórios de disputa**. Rede Brasil, número 5, outubro de 2012.

SCHMINK, M et. al. **Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre, Amazônia, Brasil**. CIFOR & IMAZON, 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, Alberto. Governança global na Amazônia: O programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p-219-236, 2011.

Sobre o autor

Carlos Estevão Ferreira Castelo – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Especialização em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Santa Catarina (UFSC). Doutorado em História Social pela Universidade do Estado de São Paulo (USP). Atualmente é docente do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Acre (UFAC). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-4694-9639>.

Como citar este artigo

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Um olhar sobre o desenvolvimento acreano: a "florestania" e outras histórias. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, p.117-132, jan.-abr., 2020.

Recebido para publicação em 17 de abril de 2019.
Devolvido para a revisão em 05 de novembro de 2019.
Aceito para a publicação em 07 de novembro de 2019.
